

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

Ata nº 154ª/2025 - Aos 20 dias do mês de **MARÇO** do ano de 2025, às 15:00h, reuniram-se na sede do Votuprev, os membros do comitê de investimentos, onde analisaram o mercado e a carteira dos investimentos do Instituto.

Conforme demonstrativo abaixo, podemos verificar que a rentabilidade dos investimentos de janeiro foi de 0,85%, sendo que a meta foi de 1,70% (IPCA 1,31%), 0,85% abaixo da meta, 0,85% no mês e 0,21% abaixo no ano. A rentabilidade do IMAB foi de 1,07%am e do CDI 1,01%am., sendo que somente o IPCA foi de 1,31%am. O Patrimônio em 28/02/2025 é de \$408.877.572,51.

Retorno e Meta de Rentabilidade acumulados no ano de 2025

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno	Retorno Acum	Retorno Mês	Retorno Acum	Meta Mês	Meta Acum
Janeiro	390.670.773,22	14.506.094,06	8.498.342,74	401.593.229,54	4.914.705,00	4.914.705,00	1,24%	1,24%	0,59%	0,59%
Fevereiro	401.593.229,54	16.832.636,42	12.975.257,67	408.877.572,51	3.426.014,22	8.341.619,22	0,85%	2,09%	1,70%	2,30%

Investimentos x Meta de Rentabilidade

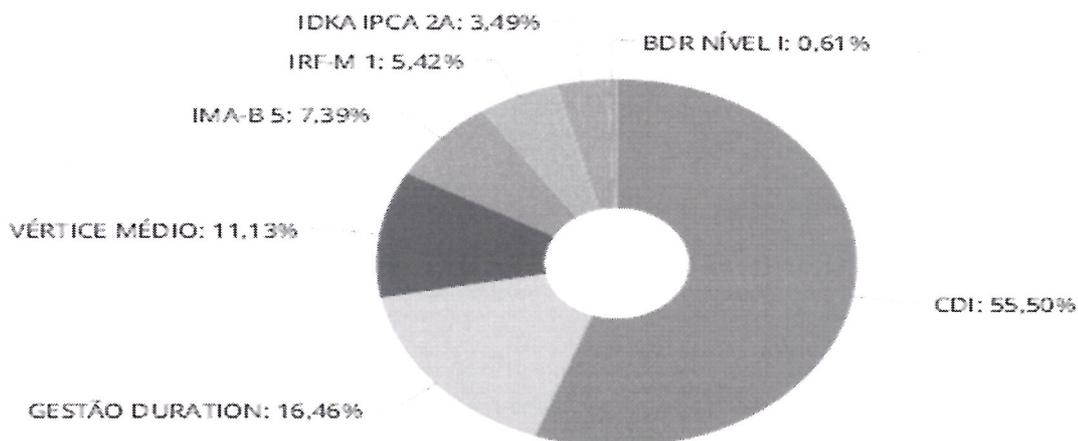


Carteira consolidada de investimentos - base (Fevereiro / 2025)

Produto / Fundo	Resgate	Carência	Saldo	Particip. Sí Total	Cotistas	% Sí PL do Fundo	Enquadramento
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDE...	D+1	Não há	13.390.245,59	3,27%	735	0,29%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVL...	D+0	Não há	21.453.164,12	5,25%	1.104	0,25%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA F...	D+0	17/09/2026	45.503.060,07	11,13%	406	1,13%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	D+0	Não há	32.633.060,94	7,99%	591	0,91%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RE...	D+0	Não há	678.610,74	0,21%	702	0,03%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA F...	D+0	Não há	23.134.079,34	5,66%	762	0,39%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA F...	D+0	Não há	704.751,53	0,17%	1.114	0,01%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
SANTANDER IMA-B 5 PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC ...	D+1	Não há	7.092.390,34	1,73%	90	0,81%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI FI RENDA FIXA	D+0	Não há	26.532.762,94	6,49%	4.196	0,66%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA P...	D+3	Não há	21.192.054,18	5,16%	569	0,42%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	D+0	Não há	17.819.660,84	4,36%	1.067	0,36%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDE ...	D+0	Não há	79.060.216,94	19,09%	1.295	0,36%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA LP	D+1	Não há	13.473.429,18	3,30%	102	2,23%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA SIM...	D+0	Não há	2.027.503,60	0,50%	373	0,16%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	D+0	Não há	77.288.947,65	18,90%	1.191	0,35%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA R...	D+0	Não há	25.209.640,92	6,17%	505	0,67%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
BB AÇÕES GLOBAIS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	D+5	Não há	1.171.529,27	0,29%	13.932	0,12%	Artigo 9º, Inciso III
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	D+4	Não há	1.312.444,32	0,32%	457	0,04%	Artigo 9º, Inciso III
Total para cálculo dos limites da Resolução			408.877.572,51				

Enquadramento por Gestores - base (Fevereiro / 2025)

Gestão	Valor	% S/ Carteira
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	198.589.931,01	48,57
CAIXA DTVM	151.452.847,30	37,04
SANTANDER BRASIL ASSET MANAGEM...	32.302.031,26	7,90
SICREDI	26.532.762,94	6,49



Artigos	Resolução	Carteira \$	Carteira%	Estratégia de Alocação	
				Alvo	Superior
7º, I, b	100%	171.322.145,61	41,90%	64%	100%
7º, III, a	60%	235.071.453,31	57,49%	34,60%	60%
9º, III	10%	2.483.973,59	0,61%	0,40%	10%

Em janeiro, o COPOM elevou a taxa básica de juros, de 13,25% para 14,25% aa, em linha com o esperado pelo mercado. O Comitê também voltou a classificar o ambiente externo como desafiador, o que segue exigindo cautela por parte de países emergentes. Em relação ao ambiente doméstico, avaliou que o conjunto dos indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho segue apresentando dinamismo. Sobre a inflação, manteve a atenção para a elevação do IPCA, das medidas de núcleo e das expectativas de inflação que, segundo o Comitê elevaram-se de forma relevante.

Em relação ao cenário, continuamos com a avaliação de um ano bastante desafiador para os ativos de risco, com incertezas ainda importantes acerca da política econômica americana e da política fiscal do Brasil, que poderão trazer desafios adicionais para a convergência da inflação, e uma menor clareza sobre o tamanho do ciclo de elevação de juros que será implementado pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil. O banco central norte-americano (Federal Reserve) decidiu manter a taxa de juros no intervalo entre 4,25% e 4,50% ao ano. A decisão veio em linha com o esperado pelo mercado, com a votação sendo unânime entre os diretores. Essa permanência do Fed numa espécie de compasso de espera se dá pelo reconhecimento de que a incerteza no cenário econômico se elevou.

O presidente dos Estados Unidos Donald Trump, adotou uma postura comercial mais agressiva, impondo tarifas significativas a parceiros comerciais tradicionais, como México e Canadá. Foram aplicadas tarifas de 25% sobre as importações desses dois países, além de 10% sobre os produtos chineses. No leste europeu, a Guerra da Ucrânia completou 35 meses, com

intensificação da atuação americana nas negociações para alcançar a resolução mais rápida para o conflito.

Vamos discorrer sobre a meta da Inflação. A inflação é conceituada como o aumento persistente e generalizado dos preços de bens e serviços, resultando na contínua perda do poder aquisitivo da moeda. Esse fenômeno pode ter diferentes origens, incluindo fatores estruturais (inflação de custos), monetários (inflação de demanda) ou uma combinação de ambos. Ambientes inflacionários são caracterizados por elevada incerteza econômica, pois a erosão do poder de compra dificulta a previsibilidade dos agentes econômicos e impacta negativamente o planejamento financeiro, a formação de preços, a taxa de investimentos e o crescimento sustentável do país. O Regime de Metas de Inflação foi implementado no Brasil em 1999, em resposta à necessidade de um novo arcabouço monetário após a crise cambial. Esse regime estabeleceu um modelo no qual a inflação projetada devesse convergir para um alvo previamente definido pelo Conselho Monetário Nacional, mensurado pelo IPCA- Índice de Preços ao Consumidor Amplo, considerado o indicador oficial da inflação no Brasil.

A implementação desse regime ocorreu em um momento em que o país precisava de um mecanismo que orientasse as expectativas inflacionárias e reforçasse o compromisso com a responsabilidade macroeconômica. Amparado por um contexto global de transição para políticas monetárias mais previsíveis e transparentes e, influenciado pelo sucesso da experiência internacional com metas de inflação, o RMI (Regime de Metas de Inflação) já era utilizado com sucesso em países como Nova Zelândia, Canadá, Reino Unido e Suécia, o que fornecia um modelo testado. Em junho de 1999 esse modelo passou a ser adotado no Brasil. Esse movimento proporcionou uma melhora na ancoragem de expectativas, permitindo que agentes econômicos e famílias passassem a ter maior previsibilidade quanto ao comportamento futuro da inflação e, conseqüentemente, quanto ao direcionamento da política monetária.

Outro ponto importante a destacar acerca da adoção do regime de metas é que, caso o IPCA ultrapasse o intervalo de tolerância definido pelo CMN, o presidente do Banco Central é obrigado a justificar formalmente o descumprimento da meta, denotando as causas do desvio e as providências para garantir o realinhamento da inflação ao patamar estipulado. Esse mecanismo reforça a credibilidade e a transparência da autoridade monetária, aumentando a confiança dos investidores e da sociedade na condução da política econômica. Atualmente a meta é de 3,00% com intervalo de tolerância que pode oscilar entre mais ou menos 1,50 ponto percentual em relação ao núcleo, isto é, de 1,50 a 4,50. Em 2025 o Conselho Monetário Nacional implementou uma mudança significativa no modelo de mensuração, passando a adotar o conceito de "meta contínua", diferentemente do modelo anterior, que considerava o ano calendário para avaliação do cumprimento da meta. Esse novo formato permite que a autoridade monetária persiga a meta de inflação de forma contínua, sem se restringir a um período específico, tendo, com isso, maior flexibilidade no ajuste das estratégias de acordo com as condições econômicas vigentes, sem a pressão de um intervalo de tempo predeterminado. Para fazer com que a inflação caminhe para a trajetória preliminarmente definida pelo CMN, o Banco Central do Brasil adota como principal ferramenta a política monetária, cuja execução se dá principalmente pelo ajuste da taxa básica de juros da economia, a SELIC. Nesse sentido, sempre que ocorrer algum desvio significativo entre a inflação projetada e a meta alvo, o Banco Central pode adotar medidas corretivas, como ajustes na taxa SELIC, de forma a restabelecer a trajetória esperada para os preços. Esse controle é feito sempre considerando um horizonte futuro, dado que as mudanças nos níveis de juros são absorvidas pela economia com um certo delay.

No contexto dos Regimes Próprios de Previdência, o monitoramento do comportamento da inflação e das decisões de política monetária é essencial para a gestão eficiente da carteira de investimentos. Os RPPS possuem uma meta atuarial baseada em uma taxa real de retorno



(acima da inflação), o que exige que o Gestor de Investimentos adote estratégias de alocação alinhadas com essa busca.

Outro ponto importante a destacar é que, dado que uma parcela significativa do patrimônio dos RPPS está alocada em ativos de renda fixa, cuja rentabilidade é diretamente influenciada pelos movimentos da taxa SELIC, os ciclos de política monetária, por conseguinte, podem ter forte impacto sobre o desempenho financeiro e atuarial. Com base nisso, acreditamos que o acompanhamento sistemático das projeções de inflação e das decisões do Comitê de Política Monetária, é algo fundamental para manter a carteira sempre alinhada à conjuntura.

Diante desse cenário desafiador e incerto, decidimos em resgatar o saldo total do FUNDO CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I e o fundo BB AÇÕES GLOBAIS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I e aplicar o total no Fundo IRFM1 e resgatar do Fundo BB Previd Fluxo RF \$10.000.000,00 e aplicar no Fundo IRFM1. As contribuições previdenciárias recebidas durante o mês serão aplicadas automaticamente no BB Previd Fluxo RF e do mesmo fundo serão resgatados os valores para pagamento da taxa de administração, FOPAG e demais pagamentos administrativos, mantendo os demais, visto que nossos investimentos encontram alinhados a política de investimentos e ao cenário econômico.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16:25h, onde a ata foi lida, aprovada e assinada pelos integrantes do comitê presentes à reunião.



Adauto C. Mariola Renan D. F. Fernandes Agnaldo S. Masson João B. André